

AS DIFERENTES ABORDAGENS SOBRE ESTILO E FUNÇÃO EM ARQUEOLOGIA

The different approaches about style and function in Archeology

Mírian Liza Alves Forancelli Pacheco*

RESUMO

A infinita variabilidade nas características dos artefatos resgatados nos sítios arqueológicos é motivo de intensos debates entre arqueólogos. Neste contexto, enquanto alguns autores buscam os significados da variabilidade artefactual em sua natureza e causa desprovidos de categorias teóricas e analíticas, outros pesquisadores investigam-na por meio das categorias analíticas. Para o efeito destes estudos, a literatura oferece uma infinidade de debates, no âmbito dos fatores e/ou conceitos que podem, ou devem, explicar a variabilidade artefactual. Algumas das questões mais discutidas estão relacionadas à classificação e à tipologia, conceitos de estilo e às relações entre estilo e função. Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivos discutir os significados da variabilidade artefactual por meio da reflexão dos mais importantes questionamentos ligados à temática.

Palavras-chave: variabilidade artefactual; estilo *versus* função; cultura material.

ABSTRACT

The infinite variability in the characteristics of the artifacts recovered in archaeological sites is a matter of intense debate among archaeologists. In this context, as some authors seek the meanings of artefactual variability in nature and issues, devoid of theoretical and analytical categories, other researchers investigate her through the analytical categories. For the purpose of these studies, literature offers

* Doutoranda em Geociências (Geoquímica e Geotectônica) - Universidade de São Paulo.

a multitude of discussions within the framework of the factors and / or concepts that can, or should, explain the artefactual variability. Some of the most discussed issues are related to classification and typology, concepts of style and relations between style and function. Facing the above, this paper aims to discuss the meanings of artefactual variability through the reflection of the most important issues related to this topic.

Key-words: artefactual variability; style *versus* function; material culture.

Introdução

OS SIGNIFICADOS DA VARIABILIDADE ARTEFATUAL

A infinita variabilidade nas características dos artefatos resgatados nos sítios arqueológicos é motivo de intensos debates entre arqueólogos (e outros estudiosos). O ensaio *The explanation of artifact variability* (SCHIFFER; SKIBO, 1997) apresenta uma definição de variabilidade artefactual: diferenças e similaridades (entre os artefatos) no tempo e no espaço.

A descrição física dos objetos é condição essencial para o seu estudo, pois somente por meio dela é possível o desenvolvimento de terminologias e de princípios classificatórios que possam ser de compreensão e utilização generalizada entre os diferentes pesquisadores (NEWTON, 1987, apud SILVA, 2002). Neste sentido, os significados da variabilidade artefactual podem ser investigados por meio da descrição física dos objetos; e relacionados à tipologia e à classificação. Para o efeito deste estudo, os arqueólogos, os antropólogos e os historiadores podem fazer uso de diferentes categorias teóricas e analíticas: estilo e função, causas simbólicas e utilitárias, fatores tecnológicos e culturais, etc.

Contudo, segundo Schiffer e Skibo (1997), as diferentes categorias de análise apresentam perspectivas divergentes. Neste contexto, os autores defendem que a variabilidade artefactual deve ser estudada, especialmente, em sua natureza e causa:

Para equilibrar perspectivas divergentes, torna-se necessário revisitar os princípios primordiais, repensar a natureza e a causa da variabilidade em todos os artefatos e descartar algumas das mais estimadas categorias teóricas e analíticas [...]. Sem estas “algemas conceituais” talvez seja possível vislumbrar uma estrutura que abranja todas as fontes da variabilidade artefactual [...] (SCHIFFER; SKIBO, 1997, p. 28).

Por outro lado, as questões de classificação e tipologia podem estar intrinsecamente relacionadas aos significados da variabilidade artefactual (e.g. MARQUARDT, 1978; DUNNELL, 1986; DIAS, 1994; SCHIFFER; SKIBO, 1997; WHITTAKER et al., 1998).

Neste contexto, enquanto categoria analítica, o conceito de estilo é discutido sob diferentes perspectivas (e.g. SACKET, 1977, 1991; BINFORD, 1989; WIESSNER, 1991; CARR, 1995; JONES, 1997; HEGMON, 1998; DUNNELL, 1978, 1986; DAVID; KRAMER, 2001; O'BRIEN; LEONARD, 2001), relacionadas aos estudos de variabilidade artefactual (e.g. WIESSNER, 1983; DIETLER; HERBICH, 1989; CHILDS, 1991; REEDY; REEDY, 1994; PRYOR; CARR, 1995; REID; MACLEAN, 1995; ROE, 1995; MACEACHERN, 1998; HARDIN; MILLS, 2000; VAUGHAN, 2001; WASHBURN, 1989; FRANKLIN, 1989; ARNOLD, 1989; JORDAN; SHENNAN, 2003).

Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivos: (1) discutir os significados da variabilidade artefactual e suas relações com tipologia e classificação; (2) promover uma explanação sobre o estilo em Arqueologia, dentro de seus conceitos, categorias e aplicações; (3) observar as relações entre estilo e função, enquanto categorias analíticas aplicadas aos estudos de variabilidade artefactual; (4) apresentar uma breve abordagem dos vestígios arqueofaunísticos, sob a ótica artefactual.

Tipologia e classificação

A história americana da classificação artefactual apresenta importantes questionamentos: *tipo* e *classificação* são termos que se revelam com pouco significado na literatura arqueológica. Consistem de designa-

ções aplicadas tanto a unidades de medidas quanto a entidades empíricas, sem distinção. A terminologia indiferenciada encoraja a confusão entre os dois tipos de unidades. Como resultado, diferentes metodologias para construção de unidades são consideradas competitivas, enquanto não o são (DUNNELL, 1986). Nesta explanação, o autor aborda uma terminologia que será discutida a seguir:

Tipologia é um sistema de regras para classificação de itens. Classificação é o ato de designar itens a categorias definidas (WHITTAKER et al., 1998, p. 134).

A Arqueologia classifica os artefatos por meio de tipologias. Tipologia é a ordenação de um conjunto de artefatos, com base na confrontação sistemática dos seus atributos intrínsecos, como matéria-prima e forma, e extrínsecos, como o contexto arqueológico em que foi achado. Em outras palavras, a tipologia classifica os artefatos por semelhanças e diferenças, com relação a outros, e serve para auxiliar o arqueólogo na obtenção de informações, baseando-se na análise da distribuição dos artefatos nos diversos lugares e de sua mudança com o decorrer do tempo (FUNARI, 2003, p. 59).

Entidades empíricas [...] são concebidas como fenômenos naturalmente limitados, que apresentam propriedades específicas e funcionais em relação a outros fenômenos. São entidades que podem ser medidas, observadas e estudadas. Por outro lado, existem unidades discretas que são utilizadas para fazer medidas e observações. Nenhuma reivindicação empírica é feita sobre tais unidades; consistem de ferramentas de nossa própria construção [...] as quais nos possibilitam reconhecer e descrever as entidades empíricas (DUNNELL, 1986, p. 151).

[...] Esta é a base da distinção [...] entre grupos e classes, o primeiro designa entidades empíricas, e o último abrange as unidades teóricas. As unidades teóricas, freqüentemente, [...] são atribuídas a escalas de medidas (DUNNELL, 1986, p. 151).

Neste sentido, as classificações, ou escalas de medidas, são instrumentos da ciência, impostos sobre, mais que extraídos da, realidade empírica. As classificações provêm termos por meio dos quais os fenômenos são identificados, descritos, medidos e comparados. Em suma, permitem padronizar a realidade em determinados modos para propósitos específicos.

Para o efeito destes estudos, há de se considerar algumas implicações filosóficas. Alguns autores promovem a discriminação entre as perspectivas essencialista, ou pensamento tipológico, e materialista, ou pensamento popular:

Na visão essencialista, o mundo fenomenológico é considerado como constituído por um conjunto finito de entidades discretas, dentre as quais apenas a variação possui significância explanatória [...]. A abordagem materialista defende que os tipos são ilusórios, configurações transitórias; apenas a variação observada possui significância explanatória (DUNNELL, 1986, p. 153).

O autor não defende uma posição como certa ou errada, em termos absolutos. Contudo, defende a existência de diferenças práticas, de cunho metodológico, para a construção de unidades.

Na conclusão de seu ensaio, Dunnell (1986) enfatiza a importância de uma sistemática consistente para qualquer ciência. O autor considera a Arqueologia carente desta sistemática:

Dois temas estimam nossos esforços em sistemática, e eles devem ser revistos. As diferenças entre unidades de medidas e entidades empíricas devem ser compreendidas. Não apenas em suas distintas aplicações, mas devem ser construídas de diferentes modos. Não é prudente que ambas sejam designadas tipos, e os procedimentos por elas criados, classificação. Além disso, ambos os tipos de unidades são dependentes, a priori, de uma definição de atributo e seleção. Nem as unidades éticas, nem as êmicas são mais fortes que os atributos que elas utilizam. Enquanto a definição de atributo e a seleção permanecerem [...] intuitivas, os produtos de ambos os tipos de classificação estão prejudicados (DUNNELL, 1986, p. 193).

Diante das discussões teórico-metodológicas acima relacionadas, observa-se que a escolha de atributos deve ser o resultado de um diálogo entre a teoria e os processos de classificação. Todavia, além dos pressupostos teóricos, os métodos também devem ser discutidos.

Diante disso, sistemas tipológicos são essenciais para propósitos interpretativos e para a comunicação entre pesquisadores. Diferentes indivíduos, que utilizam a mesma tipologia, classificam os artefatos de maneiras similares; mas a consistência com a qual as tipologias são utilizadas é raramente avaliada ou explicitamente testada (WHITTAKER et al., 1998).

Há razões práticas, teóricas e culturais para as falhas de classificação. As divergências entre arqueólogos que utilizam a mesma tipologia podem se originar na própria tipologia (definições imprecisas de tipos, estruturas confusas), ou no processo de classificação, devido ao erro do observador, diferenças em percepção e interpretação, e tendenciamentos (WHITTAKER et al., 1998).

Neste sentido, os questionamentos sobre consistência tipológica são teórica e metodologicamente relevantes. Segundo Whittaker et al. (1998), a consistência tipológica deve ser explicitamente testada.

A tipologia é essencial para verificar constância ou recorrência não-causal, que permite a reconstituição das mudanças artefatuais ao longo do tempo. Portanto, a tipologia não é um fim em si mesma, mas um meio para compreender a sociedade e suas transformações (FUNARI, 2003). Portanto:

Tipologias pobremente formuladas, erros humanos em classificação e tendenciamentos teóricos podem romper com nossas habilidades de entender as tipologias dos outros, avaliar suas interpretações, ou, até mesmo, de observar nossos erros sistemáticos (WHITTAKER et al., 1998, p. 130).

Neste contexto, Whittaker et al. (1998) revisaram tentativas prévias de avaliar consistência tipológica e classificação (e.g. CLARKE, 1972; DANIELS, 1972; HILL; EVANS, 1972; DUNNELL, 1986; ADAMS, 1988; ADAMS; ADAM, 1991 apud WHITTAKER et al., 1998), e utilizaram análise de consenso para examinar uma tipologia bem-estabelecida.

Na pesquisa realizada pelos autores, tanto a disparidade quanto o consenso são aparentes entre os tipologistas. O consenso pode estar pre-

sente entre pesquisadores de um mesmo grupo, ou época de aprendizado, ou estudantes ensinados por um mesmo pesquisador. Contudo, ainda ocorrem divergências dentro destes mesmos grupos. Assim, Whittaker et al. (1998) concluíram que sempre existirão espécimens ambíguas ou anômalas e diferenças entre as percepções dos observadores:

A divergência parece ter muitas origens. Uma delas é a disparidade na percepção e no reconhecimento de alguns atributos. A segunda é a disparidade na escolha de atributos que são considerados importantes na definição dos tipos. A terceira fonte de divergência foi produzida em nosso experimento. Houve diferentes resultados para “lumpers” (agrupadores) e “splitters” (divisores), os quais reconheceram categorias similares, mas divergiram na seleção de um nível na hierarquia, cujos grupos consideraram analiticamente ou interpretativamente significantes (WHITTAKER et al., 1998, p. 158).

Diante do exposto, um compromisso com uma metodologia honesta, uma sólida base teórica e uma interpretação acurada requerem, no mínimo, um pensamento voltado para questões envolvidas com o rigor tipológico e a consistência classificatória.

A questão do estilo em Arqueologia: breve panorama

Diante de tantos conceitos e definições, o estilo figura dentre as categorias analíticas mais debatidas entre arqueólogos, etnoarqueólogos e outros pesquisadores afins, dentro do contexto dos estudos de variabilidade artefactual (e.g. PLOG, 1977, 1982; ROE, 1977, 1978, 1995; WOBST, 1977; HODDER, 1990; SACKETT, 1975, 1977, 1985, 1986, 1991; DUNNELL, 1978, 1986; WIESSNER, 1977, 1978, 1983, 1988, 1991; BINFORD, 1962, 1979, 1980, 1986, 1989; CONKEY; HASTORFF, 1990; HEGMON, 1998; CARR, 1995; JONES, 1997; DAVID; KRAMER, 2001; O'BRIEN; LEONARD, 2001).

Todavia, algumas discussões sempre foram caracterizadas por perspectivas divergentes. Serão abordados, a partir deste tópico, de acordo com

Carr e Neitzel (1995), alguns dos principais questionamentos discordantes: (1) como o estilo pode ser discriminado, conceitualmente e operacionalmente, da função e da tecnologia?; (2) que fatores determinam o estilo?; (3) Os quão importantes são os fatores contextuais na determinação do estilo? e, (4) Quais atributos de um estilo são mais ou menos relevantes para reconstrução de processos, condições e unidades sociais pretéritas? As diferentes correntes teóricas apresentam noções peculiares sobre o conceito de estilo, próprias de uma realidade teórico-metodológica. Neste contexto, um dos grandes impasses entre os pesquisadores que utilizam a variabilidade estilística reside na dicotomia estilo/função (FAGUNDES, 2004).

As distinções, conceitual e operacional, entre estilo e função têm sido feitas por meio de perspectivas sistêmicas, selecionistas e tecnológicas (e.g. BINFORD, 1986; DUNNELL, 1978; SACKETT, 1986).

Os fatores que determinam o estilo, bem como a variabilidade estilística, são intensamente debatidos (e.g. WOBST, 1977; ROE, 1995; HODDER, 1990; BRAUN; PLOG, 1982; CARR, 1995). Alguns autores propõem (e.g. WOBST, 1977; BRAUN; PLOG, 1982; CARR, 1995), de maneira alternativa, que os estilos artefatuais são determinados por condições e necessidades sociais e individuais que estão adaptadas a comunicar o tempo de manufatura e o uso dos artefatos. Dentre estes, alguns pesquisadores (SACKETT, 1985; WIESSNER, 1984, 1985; HODDER, 1982 apud CARR; NIETZEL, 1995), enfatizam diferentes determinantes primários dos estilos artefatuais por meio de visões dialéticas: isocretismo (enculturação passiva), iconografismo-simbólico (comunicação ativa de identidades pessoais e sociais para definição de ações sociais), ação/social (a intenção humana em estabelecer moldes que guiam a ação social e justificativas para estratégias sociais).

Os fatores contextuais que permeiam a produção e o uso dos artefatos também possuem importâncias analítica e teórica como determinantes de estilos materiais: efeitos naturais, padrões de enculturação, mobilidade do artesanato, aquisição de matéria-prima, densidade populacional, comércio e troca, descarte, fatores deposicionais e processos de formação (e.g. BRAUN, 1991). Em tempo: deve-se ressaltar a importância do estilo como expressão ideológica (simbólica ou iconográfica) (e.g. LECHTMAN, 1975). Entretanto, para Carr e Neitzel (1995), a questão mais iminente é: como o “social” opera por meio do “ideológico”, representado na imagem material?

Quanto à análise artefactual, os debates se concentram na seleção de atributos apropriados para a reconstrução de processos, nas condições e nas unidades sociais pretéritas (CARR; NEITZEL, 1995). Esta problemática foi discutida em um item anterior do presente ensaio e continuará a ser discutida nos itens referentes a atributos estilísticos.

Diante de numerosas perspectivas, é possível concluir que o conceito de estilo, segundo Carr e Neirzel (1995), alcançou um nível crítico de proliferação e contradição. Portanto, a diversidade de abordagens não-integradas do estilo, utilizadas pelos pesquisadores para análise e interpretação do registro arqueológico, torna suas reconstruções abertas ao debate.

O conceito de estilo em Arqueologia

O conceito e as funções (e/ou propósitos) do estilo são objetos de intenso debate nas literaturas arqueológicas e etnoarqueológicas anglo-americanas desde 1977, um ano seminal. Neste contexto, segundo David e Kramer (2001), James Sackett propôs um modelo geral de estilo; Martin Wobst inferiu que o estilo é um modo de troca de informação; Heather Lechtman introduziu a noção de “estilo tecnológico”; e Ian Hodder publicou o primeiro de seus ensaios sobre a cultura material das tribos do distrito de Baringo, Quênia.

Para o efeito de uma melhor compreensão do tema em pauta, serão discutidas, a seguir, algumas definições de estilo em Arqueologia.

Em *Style, society, myth and structure*, Roe (1995) define o estilo baseado em elementos:

Estilo é um sistema estruturado e intencional de seleção de certas dimensões de forma, processo ou princípio, função, significância, e influencia, dentre as possibilidades conhecidas, na criação da variabilidade dentro de um *corpus* comportamental/artefactual (ROE, 1995, p. 85).

Para Roe (1995), o estilo é um processo de criação de informação por meio da diferenciação (portanto, reconhecidamente evocativo de um contexto cultural específico). Por outro lado, o estilo também é um modo de circunscrever a escolha via imposição de uma estrutura, dentro da qual a criação ou a recombinação ocorrem.

No ensaio intitulado *Technology, style and social practices: archaeological approaches*, Hegmon (1998) reflete sobre sua definição abordada em um outro artigo (*Archaeological research on style*, 1992):

Estilo pode ser definido como um modo de fazer algo [...] e envolve uma escolha feita dentre várias alternativas (HEGMON, 1992, apud HEGMON, 1998, p. 518).

Se o estilo é definido [...] como “um modo de fazer coisas”, cria-se um conceito que, talvez, seja muito amplo para ser útil ou significativo (HEGMON, 1998, p. 265).

Além de promover uma autocrítica, a autora também argumenta duas outras definições de estilo. Segundo Hegmon (1998), não é possível identificar, arqueologicamente, o estilo como variação que não se possa explicar de acordo com critérios funcionais (DIETLER; HERBICH, 1998 apud HEGMON, 1998) e, em seguida, assumir que o estilo identificado é culturalmente significante (WOBST, 1977 apud HEGMON, 1998).

No artigo *Style and the marking of boundaries: contrasting regional studies*, David e Kramer (2001) apresentam uma breve revisão das definições de estilo e discutem como os etnoarqueólogos têm contribuído para a melhor compreensão da temática:

Estilo é a parte da variabilidade formal, na cultura material, que pode ser relacionada à participação dos artefatos nos processos de troca de informação (WOBST, 1977 apud DAVID; KRAMER, 2001, p. 170).

Estilo é uma maneira altamente específica e característica de se fazer algo [...] sempre peculiar a específicos tempo e espaço [...], o complemento perfeito da função [...] estilo e função,

juntos, exaurem o potencial desta variabilidade (SACKETT, 1977 apud DAVID; KRAMER, 2001, p. 170).

O estilo é a manifestação formal e extrínseca do padrão intrínseco [...] a expressão manifesta, na categoria comportamental, do padrão cultural que, freqüentemente, não é nem cognitivamente conhecido, nem mesmo reconhecível por membros de uma comunidade cultural, exceto por cientistas (LECHTMAN, 1977 apud DAVID; KRAMER, 2001), em suma, por estudiosos que adotam um ponto de vista ético para avançar seus interesses êmicos (DAVID; KRAMER, 2001, p. 171).

Estilo é a variação formal na cultura material que transmite informação sobre a identidade pessoal e a social (WIESSNER, 1983 apud DAVID; KRAMER, 2001, p. 171).

Estilo é a designação de um evento individual a uma maneira geral de se fazer algo (HODDER, 1990a apud DAVID; KRAMER, 2001).

Embora David e Kramer (2001) reconheçam as definições acima relacionadas como originárias de pesquisadores influentes no meio científico, os autores apontam para a ênfase atribuída aos artefatos nas reflexões acima, e complementam: “o estilo é expresso em todas as formas do comportamento cultural”.

Em tempo: perante a intensa divergência de conceitos e definições, faz-se necessário, também, refletir o estilo, e, portanto, a dicotomia estilo x função, sob a perspectiva evolucionista:

Estilo denota as formas que não possuem valor seletivo detectável. A função é manifestada como aquelas formas que afetam diretamente o valor adaptativo da população em que ela ocorre (DUNNELL, 1978, p. 199).

Algumas definições de estilo foram brevemente compiladas acima, contudo, nos itens a seguir, serão analisadas e discutidas.

ATRIBUTOS ESTILÍSTICOS E MUDANÇAS NO ESTILO ARQUEOLÓGICO: BREVES CONSIDERAÇÕES

Um dos mais importantes questionamentos sobre estilo, em Arqueologia, reside na seleção de atributos estilísticos mais e menos relevantes para a reconstrução de processos, condições e unidades sociais pretéritas (CARR; NEIRZEL, 1995).

Neste contexto, Wobst (1977) observou que a probabilidade de os atributos estilísticos serem utilizados para comunicar várias mensagens sobre unidades sociais de várias escalas depende do nível de visibilidade dos atributos. Os atributos mais visíveis devem conter as mensagens inerentes a unidades sociais mais amplas (CARR; NEIRZEL, 1995). Por outro lado, Friedrich (1970) acredita que os atributos mais dificilmente decodificados e compreendidos são as melhores medidas de interação entre pessoas ou unidades sociais.

Posteriormente, outros questionamentos sobre a problemática da seleção de atributos estilísticos surgiram na literatura (e.g. VOSS, 1977; PLOG 1982).

Portanto, o estilo e, conseqüentemente, seus atributos são meios imprescindíveis de controle cronológico e base para muitas interpretações sociais. Felizmente, o estilo é um processo dinâmico e multifacetado. Como visto anteriormente, as abordagens sobre estilo consideram as relações inerentes à sociedade e à identidade, mas as reflexões sobre mudanças¹ estilísticas são raras (HARDIN; MILLS, 2000). Para o efeito deste estudo, os autores relacionam alguns modelos, não-exclusivos, para a explicação das mudanças estilísticas:

[...] Estes incluem deriva estilística [...], manipulação ativa do estilo [...], transições demográficas pontuais, tais como perda ou ganho populacional [...], agregação ou dispersão populacional [...], expansão ou contração de redes de comércio [...], e a perda de modelos visuais [...]. Estes fatores resultam em diferentes razões de mudança estilística, tanto quanto mudanças na diversidade estilística (seja riqueza ou representatividade) (HARDIN; MILLS, 2000, p. 156).

1 Termo utilizado pelo autor.

ESTILO, ETNICIDADE E ANÁLISE ARTEFATUAL

As relações entre estilo e sociedade estão entre os mais problemáticos e importantes tópicos da pesquisa arqueológica. Os arqueólogos elaboram inúmeros modelos que relacionam o estilo ao comportamento social (ARNOLD, 1989). Neste âmbito, é comum o pensamento de que a variação estilística artefactual esclareça questões sobre etnicidade, definição de fronteiras étnicas e elementos comportamentais das unidades étnicas (MACEACHERN, 1998):

A existência de uma assembléia de artefatos, co-variando através do tempo e do espaço, implica que aconteceram algumas relações entre produtores e consumidores dos materiais em questão, mas isto informa pouco tanto sobre a natureza destas relações quanto sobre as características de qualquer agrupamento humano, dentro do qual estas relações estavam enraizadas (MACEACHERN, 1998, p. 109).

Todavia, os arqueólogos, muito frequentemente, assumem ter identificado grupos étnicos, preferencialmente a padrões culturais, em maior ou menor escala, quando examinam a distribuição de artefatos estilisticamente similares. Torna-se, portanto, prudente a reflexão sobre a possibilidade de detectar as condições sob as quais fronteiras étnicas e cultura material coincidem (MACEACHERN, 1998)

Para o efeito de um entendimento mais completo desta questão, faz-se necessário refletir sobre as definições de fronteiras sociais e etnicidade propostas por Hegmon (1998):

Segundo Goodby (1998), fronteiras sociais são abstrações e construções ideológicas, reconhecidas distintamente, e por diferentes razões, por pessoas na base da percepção de suas identidades, interesses e contextos sociais. Portanto, se os arqueólogos pretendem estudar fronteiras sociais pretéritas, é preciso buscar o conceito do que são e do que deveriam ter sido as fronteiras sociais (HEGMON, 1998, p. 271).

Segundo a autora, a literatura aborda a etnicidade como identificação consciente: “não é algo que simplesmente existe, mas algo que as pessoas fazem”. Portanto, o conceito é potencialmente problemático para os arqueólogos interessados no estudo das fronteiras sociais, à medida que os pesquisadores não podem ser etnógrafos do passado. Neste sentido, a autora reflete sobre o conceito de etnicidade:

A etnicidade pode ser entendida em termos de interação (ou dialética) entre [...] estruturas existentes (mas não imutáveis) ou grupos étnicos e, [...] as estratégias de agentes em um dado contexto social. Em outras palavras, o *habitus*, que molda – freqüentemente de modo subconsciente – o que as pessoas são, contribui para a criação de diferenças étnicas aparentes (visão primordialista). Símbolos étnicos estão disponíveis à manipulação (visão instrumentalista), embora não obedeçam apenas a propósitos manipulativos. Finalmente o *habitus* é reproduzido e potencialmente modificado pelas ações humanas (HEGMON, 1998, p. 273).

Portanto:

Uma fronteira pretérita da cultura material pode ser indicativa de algum tipo de fronteira social, mas tal fronteira material não pode ser automaticamente relacionada a uma fronteira étnica sem informações adicionais sobre os processos sociais (HEGMON, 1998, p. 273).

Ainda dentro do contexto das abordagens étnicas do estilo, os pesquisadores apresentam distintas perspectivas metodológicas de análise. Washburn (1989) sugeriu, baseada em seus estudos sobre as propriedades da simetria, que os antropólogos precisam enfatizar, em suas análises, as características de *design* e não as objeto-específicas. Segundo a autora, é por meio das características universais de nível básico, combinadas e manipuladas para criar características objeto-específicas, que se reconhecem as marcas do estilo étnico.

Por fim, Arnold (1989) observa que, no intuito de relacionar o estilo à sociedade, os pesquisadores necessitam de uma razão claramente formu-

lada para explicar por que o estilo está relacionado a determinado grupo social. Ao invés de começarem por um grupo étnico e tentar encontrar uma relação com a evidência material, os pesquisadores devem, primeiramente, investigar relações do estilo (ou artefatos) e da sociedade, no micronível com a população dos produtores de artefatos. Se algum padrão ou identidade social é refletido na evidência artefactual, então também podem ocorrer na população dos produtores destes artefatos.

As categorias de estilo em Arqueologia

ESTILO ISOCRÉTICO X ESTILO ICONOLÓGICO

O conceito de cultura como um sistema, e a ênfase dada ao funcionalismo pela Nova Arqueologia, resultaram na definição de diferentes tipos de variação artefactual (e de assembléias arqueológicas) (JONES, 1997).

Binford (1962) especificou três diferentes classes, “tecnômica”, “sócio-técnica” e “ideo-técnica”, relacionadas ao tipo de domínio social no qual os artefatos têm sua função primária. Por meio das diferentes categorias funcionais, ele distinguiu atributos estilísticos formais que não são diretamente explicáveis, em termos funcionais. Binford argumentou, portanto, que tais atributos são determinados pelo *enculturative milieu*, e podem desempenhar um papel funcional secundário através da solidariedade grupal. Em um ensaio posterior, Binford (1965) delineou três fontes de variabilidade em assembléias arqueológicas: “tradição”, ou continuidade espaço-temporal, na variabilidade estilística derivada de conhecimentos adquiridos (modos de se fazer algo); “esfera de interação”, ou a distribuição de um artefato específico, ou grupos de artefatos, derivados de uma articulação intersocial regular e institucionalmente mantida; e “área adaptativa”, que é a distribuição de artefatos comuns, provenientes ou forjados, de um ambiente físico (JONES, 1997).

Enquanto Binford (1962, 1986, 1989) analisa as relações entre estilo e função sob uma ótica dicotômica, Sackett (1977, 1991) observa as categorias analíticas, em questão, como indiscrimináveis, desde a concepção até a manufatura da cultura material. Neste contexto de discordâncias teóricas,

Sackett (1977, 1986) denomina a sua escola como isocrética e nomeia iconológica a perspectiva liderada por Lewis Binford.

Portanto, para Sackett (1991) o estilo está relacionado aos aspectos de produção e reflete etnicidade:

As formas específicas assumidas pelos objetos da cultura material representam uma série de escolhas específicas feitas pelos artesãos, consciente ou inconscientemente, de um amplo espectro de caminhos alternativos igualmente viáveis para se obter o mesmo fim. Tais escolhas constituem a variação isocrética (semanticamente, equivalente em uso) (SACKETT, 1986, p. 630).

A variação isocrética, na cultura material [...] é diagnóstica ou idiomática de etnicidade, e é esta variação que pode ser percebida como estilo (SACKETT, 1991, p. 33).

De acordo com o autor, a semelhança entre grupos não relacionados, fazendo combinações similares de escolhas, é tão remota quanto o número de escolhas em potencial é grande. Portanto, cada grupo social, ou unidade étnica, tende a possuir um estilo peculiar, e o grau de similaridade estilística representado na cultura material de dois grupos pode ser considerado como uma expressão direta de sua relação étnica (SACKETT, 1991).

Por outro lado, a escola iconológica observa o estilo como acessório, adjunto, simbólico; derivado dos aspectos secundários ou complementares à variação formal do artefato, não adaptativo. Conforme os pressupostos processualistas do iconologicismo, o estilo não apresenta características fundamentais para explicar como as mudanças ocorrem no passado:

A escola iconológica é uma abordagem que restringe o estilo somente àqueles aspectos da variação formal (especialmente decoração), onde os artesãos investem, propositalmente, com conteúdo simbólico (SACKETT, 1982, p. 59).

Binford (1986) define o estilo como independente e como um resíduo das variações funcional e tecnológica. Neste contexto, no ensaio

intitulado *Styles of style* (1989), Binford promove uma análise crítica às reflexões de Sackett:

A cultura é um meio de adaptação extrassomático humano. Observar a cultura como um fenômeno conservativo não auxilia no entendimento de suas variabilidades ou de suas mudanças. A variabilidade funcional sempre tem implicações seletivas, e o contexto da seleção [...] varia independentemente das identidades sociais [...] e pode ser um agente causal na etnogênese (BINFORD, 1989, p. 62).

Dentro desta discussão, Binford (1989) afirma que Sackett nega a variabilidade funcional e o desafio explanatório que ela apresenta. De acordo com o autor, este era o problema das abordagens normativas aplicadas à variabilidade arqueológica, nos paradigmas tradicionais. Binford (1989) argumenta contra a utilização de medidas simples de similaridades e diferenças como justificativas para a distinção cultural.

ESTILO EMBLEMÁTICO X ESTILO ASSERTIVO

Estudos posteriores refletiram o estilo como um meio ativo de comunicação e troca de informação. Nesta perspectiva, a comunicação da etnicidade é um processo ativo, envolvido na manipulação de recursos políticos e econômicos (JONES, 1997).

Wiessner (1983) observou o estilo como meio ativo de comunicação durante seus estudos etnoarqueológicos de variação estilística e expressão da identidade social entre os Kalahari San. Neste contexto, Wiessner (1983, 1991) compreende o estilo como um reflexo das identidades individual e social. Embora reconheça que os usos arqueológicos do estilo são diversos, complexos e multifacetados, assim como Sackett (1982), Wiessner (1983, 1991) reflete sobre o conceito através de duas categorias:

O estilo assertivo é designado pela variação formal na cultura material [...] que carrega informação relativa à identidade individual [...]. Estilo emblemático é a variação formal na

cultura material que tem um referencial distinto e transmite uma mensagem clara, inerente a uma determinada população, sobre afiliação ou identidade consciente, tal como um emblema (WIESSNER, 1983, p. 257-8).

A função comunicativa do estilo é o seu aspecto central. O estilo é um meio de comunicação baseado no modo de se fazer algo. [...] O estilo, como meio de comunicação, é utilizado para expressar identidade (WIESSNER, 1991, p. 106).

Para a autora, estilo é uma categoria consciente de transmissão de informação, uma forma de comunicação, não-verbal, de identidade e afirmação social. O estilo refere-se a funções simbólicas ativas, de características particulares da cultura material, capaz de mediar relações e estratégias sociais. Neste sentido, o estilo tem função e também pode residir em atributos funcionais:

Desde que os sinais comunicativos são derivados de contrapartidas funcionais, o estilo pode residir em ambos: atributos funcionais e decorativos (WIESSNER, 1991, p. 107).

Wiessner (1991) acrescenta que os critérios de classificação do estilo diferem entre si quanto à fonte crítica da variação estilística. Segundo a autora, a classificação de Sackett preocupa-se com a função ativa ou passiva desempenhada pelo estilo na comunicação.

De acordo com Sackett (1990, 1991), a variação iconológica representa, essencialmente, o estilo ativo e a isocrética, o passivo:

O estilo ativo constitui mensagens étnicas produzidas por um comportamento consciente, deliberado e premeditado por parte dos artesãos. [...] O estilo passivo é latente, inerente a escolhas isocréticas que estão implícitas na manufatura do artefato [...] A noção de estilo passivo difere da do estilo ativo, pois o primeiro considera o “fazer escolhas” e o “designar o significado destas escolhas” como dois tipos distintos de comportamento (SACKETT, 1990, p. 36-7).

Wiessner (1991) considera suas categorias de classificação do estilo distintas das propostas por Sackett (1990, 1991), no que concerne à especificidade do referencial:

Todos os estilos têm referências sociais; algumas muito específicas (tal como um emblema que representa um time de futebol) e outras (o estilo das roupas, por exemplo) apresentam associações muito vagas. Estilos com referenciais mais distintos são emblemáticos, e aqueles com associações mais vagas são assertivos (WIESSNER, 1991, p. 108).

Neste sentido, o conceito de estilo emblemático, proposto por Wiessner (1983, 1991), enfatiza a característica consciente do artesão durante a criação de peculiaridades no processo de manufatura do artefato. O comportamento ativo é capaz de identificar o artesão como membro de determinada sociedade (WIESSNER, 1983, 1991).

Já a sua conceituação de estilo assertivo, voltada para o indivíduo, é caracterizada pela garantia, consciente, ou inconsciente, de reconhecimento social (WIESSNER, 1983, 1991).

De acordo com Wiessner (1983), as duas categorias estilísticas podem estar presentes em um mesmo artefato. Contudo, ao contrário do estilo assertivo, o emblemático não reflete graus de interação entre as fronteiras sociais. O estilo emblemático carrega informação sobre tais fronteiras e, como resultado, é mais provável que tenha uma distribuição discreta e distinta, em contraste com a distribuição randômica e clinal do estilo assertivo.

Dentro desta temática, Franklin (1989) defende o estilo emblemático como ativo definidor de fronteiras sociais, e apresenta uma outra denominação de estilo:

Em um nível inconsciente, o estilo se relaciona à percepção individual do mundo, de uma perspectiva culturalmente elaborada [...] denominada “estilo estocástico” [...] com o qual cada traço cultural pode ter seu próprio padrão de difusão e variação (FRANKLIN, 1989, p. 279).

Para Franklin (1989), o estilo estocástico é passivo, relacionado à idéia de interação social: grupos distintos podem compartilhar características artefatuais comuns.

Em tempo: conforme as críticas observadas na revisão da bibliografia (e.g. SACKETT, 1985, 1991; DAVID; KRAMER, 2001; FAGUNDES, 2004), em seu artigo *Style and social information in Kalahari San projectile points* (1983), Polly Wiessner adota o enfoque da escola iconológica. De acordo com a literatura citada, Wiessner (1983) separa estilo de função, na medida em que apenas alguns atributos das pontas San são considerados estilísticos.

A dicotomia estilo/função: pela perspectiva Evolucionista

Como discutido anteriormente, as distinções, conceitual e operacional, entre estilo e função têm sido feitas por meio de perspectivas sistêmicas, tecnológicas (e.g. BINFORD, 1986; SACKETT, 1982, 1986). Todavia, diante das múltiplas abordagens sobre estilo, torna-se importante, também, promover uma reflexão sob a perspectiva evolucionista (e.g. DUNNELL, 1978).

Devido ao sincretismo de termos, emprestados das Ciências Biológicas e das Ciências Humanas, empregados à abordagem evolucionista, das relações entre estilo e função, a perspectiva em questão será discutida, mais detalhadamente, neste tópico.

De acordo com Dunnell (1978), a interpretação do registro arqueológico desenvolveu-se sob o paradigma histórico-cultural, cuja estrutura fundamental revelou-se estilística. Neste sentido, tal característica, ligada a fatores históricos, justifica o pouco emprego dos processos evolucionistas à explicação das mudanças culturais.

Alguns tópicos da abordagem evolutiva, tal como a seleção natural, apontam para um considerável potencial explanatório. Contudo, um segmento considerável do registro arqueológico não pode ser totalmente explicado em termos de adaptação. Isto posto, não se pode considerar o potencial de uma abordagem evolutiva subtraído de uma distinção entre função,

mensurável pelo processo evolutivo, e estilo, mensurável por processos estocásticos (DUNNELL, 1978).

Para Dunnell (1978), se um atributo resulta em valor adaptativo (ou adaptabilidade), é funcional por definição. Sob a perspectiva evolucionista, a função é produto da seleção natural (manifestada pelo sucesso reprodutivo diferencial), e o estilo é resultante da deriva (características que podem, eventualmente, ser fixadas aleatoriamente):

O estilo denota aquelas formas que não são detectáveis por valores seletivos. A função é manifestada através das formas que afetam diretamente o *fitness* Darwiniano da população na qual ela ocorre (DUNNELL, 1978, p. 199).

Conforme observado na definição acima, a discussão da dicotomia estilo/função sob a abordagem evolucionista deve ser criteriosamente conduzida. Uma vez que são utilizados aportes teórico-metodológicos interdisciplinares, os conceitos devem ser devidamente descritos e aplicados.

Os ensaios voltados para a Arqueologia Evolutiva (e.g. DUNNELL, 1978; VAUGHAN, 2001; O'BRIEN; LEONARD, 2001), ou que fazem uso de termos da Biologia Evolutiva (e.g. JORDAN; SHENNAN, 2003), trabalham com definições simples, porém imprescindíveis, para a discussão da problemática do estilo e da dicotomia estilo/função dentro do contexto da Arqueologia como Ciência Humana.

Alguns termos, quando utilizados ou definidos de maneira equivocada, dificultam uma melhor compreensão dos pressupostos teórico-metodológicos da Arqueologia Evolutiva: e.g. seleção natural (sobrevivência e reprodução diferenciais) e deriva (mudanças que não são atribuídas a pressões seletivas, resultantes de eventos que não se relacionam às características hereditárias); aptidão darwiniana (medida pelo sucesso reprodutivo relativo na população); sistemática filogenética ou cladística (método de análise das relações entre grupos, de modo a obter a sua “genealogia”); neutralidade (variações seletivamente neutras são irrelevantes para as respostas das populações às modificações ambientais); homologia (semelhança entre estruturas de grupos, atribuída a uma mesma origem; o conceito sugere ancestralidade comum) e analogia (refere-se à semelhança entre es-

truturas, em função de adaptação à execução da mesma função; a definição sugere convergência evolutiva) (FUTUYMA, 2002).

Os objetivos do presente tópico não estão voltados para a discussão da evolução biológica no planeta. Contudo, os conceitos acima relacionados são necessários à compreensão da dicotomia estilo/função sob a perspectiva evolutiva.

Para o efeito destes estudos, no ensaio intitulado *Style and function: an introduction*, O'Brien e Leonard (2001) discutem a dicotomia estilo/função e apresentam algumas definições de termos abordados pela Arqueologia Evolutiva. De acordo com os autores:

Diferentes processos evolutivos estão presentes na criação e persistência de atributos estilísticos e funcionais dos nossos artefatos e de seus comportamentos associados (O'BRIEN; LEONARD, 2001, p. 1-2).

Neste sentido, O'Brien e Leonard (2001) definem homologia e analogia, termos provenientes da Biologia Evolutiva, empregados à Arqueologia Evolutiva:

[...] Traços utilizados para estabelecer a história de um povo devem ser homólogos [...], produto das mesmas tradições intelectuais [...]. Nem todos os traços, independente da similaridade, são homólogos. As similaridades podem ser convergentes, ou análogas (O'BRIEN; LEONARD, 2001, p. 2).

Para O'Brien e Leonard (2001), o cerne das discussões evolucionistas em Arqueologia reside na possibilidade de a seleção operar em determinados traços e, de uma perspectiva empírica, estabelecer os pressupostos que identificam um traço como funcional ou estilístico.

Para a Arqueologia Evolutiva, um artefato não é funcional ou estilístico: possui atributos funcionais e estilísticos, dentro de um determinado contexto. Além disso, um atributo estilístico pode se tornar funcional, e vice-versa (C. P. ARAUJO, 2005). Portanto, conforme a perspectiva evolucionista, atributos funcionais favorecem o *fitness* do indivíduo e, por-

tanto, explicam processos evolutivos. Atributos estilísticos não possuem uma função evolutiva, mas um propósito, e são capazes de explicar processos históricos (DUNNELL, 1978; VAUGHAN, 2001; O'BRIEN; LEONARD, 2001).

Neste contexto, o ensaio *A million years of style and function: regional and temporal variation in Acheulean handaxes* (VAUGHAN, 2001) discute, de maneira clara e objetiva, conceitos utilizados em Arqueologia Evolutiva. Vaughan (2001) discute mais enfaticamente os significados da “deriva” e da “seleção” na dicotomia estilo/função. Para a construção de seus conceitos, o autor baseia-se em uma reflexão de Dunnell (1989):

Mecanismos evolutivos operam em variações fenotípicas, e os artefatos são a parte dura do fenótipo humano (DUNNELL, 1989, p. 45).

Para Vaughan (2001), os mecanismos evolutivos que operam naqueles atributos artefatuais que afetam o *fitness* são distintos daqueles que operam em atributos que não afetam o *fitness*. Para o efeito deste estudo, além das definições que abordam a problemática da dicotomia estilo/função, acima compiladas, o autor acrescenta:

Um atributo é considerado funcional quando os benefícios excedem os custos reprodutivos de um indivíduo. [...] Os atributos são selecionados (e podem aparecer e ser mantidos no registro arqueológico) quando os benefícios excedem os custos dos atributos. [...] Em contrapartida [...], um atributo é considerado estilístico quando sua aquisição não confere custo adicional ao *fitness* do indivíduo. [...] A seleção não controla nem o aparecimento, nem a persistência de um atributo estilístico. [...] Este é controlado por processos estocásticos, pelo sistema de transmissão de características e pelo tamanho da população (VAUGHAN, 2001, p. 142-143).

Dentro do escopo de suas definições, Vaughan (2001) atribui os atributos funcionais à seleção (que é intrinsecamente relacionada ao *fitness*) e os atributos estilísticos, à deriva (ligada a eventos estocásticos e ao tama-

nho da população) e a processos lamarckistas de evolução (e.g. transmissão de características).

Neste contexto, baseado nos pressupostos de que traços funcionais e estilísticos são controlados por diferentes mecanismos evolutivos e de que, conseqüentemente, seleção e deriva produzirão diferentes padrões espaço-temporais na variação observável destes traços, Vaughan (2001) analisou uma amostra de 251 machados-de-mão Acheulenses, provenientes da Ásia, da Europa e da África. Os objetivos do pesquisador foram investigar a variação das extensões temporal e geográfica dos machados e entender as fontes de qualquer variação ou mudança observável.

Finalmente, embora o tamanho de sua amostra seja discutível, Vaughan (2001) obteve resultados que, segundo o autor, são expressões da distinção entre atributos funcionais e estilísticos:

Atributos funcionais devem apresentar menor variação que os estilísticos [...]. Um exemplo para este padrão é que o comprimento do machado [...] tem um impacto sobre o *fitness* dos indivíduos Acheulenses que confeccionam e utilizam os machados. [...] Outros atributos, como a largura, [...] comportam-se como estilísticos [...]. Há uma maior variação destes atributos ao longo do tempo e das regiões geográficas (VAUGHAN, 2001, p. 160-161).

Estilo tecnológico

O estilo é freqüentemente definido como um sistema de formas, ou um meio súbito de comunicação. Além disso, pode ser utilizado como uma das abordagens que leva à compreensão de atividades, artistas e culturas pretéritas (REEDY; REEDY, 1994).

Entretanto, a tecnologia também pode ser aplicada ao conceito de estilo. Isto posto, a tecnologia é uma construção social, uma expressão material das atividades culturais de uma sociedade. Existe como forma de supressão das necessidades econômicas, físicas, culturais, simbólicas, dentro de uma ilimitada rede de significados. Portanto, um artefato é confecção-

nado para uma necessidade prática, dentro das oportunidades oferecidas pelo meio e das condições impostas pela cultura do artesão que o manufaturou (LEMONNIER, 1986 apud FAGUNDES, 2005).

Portanto, sendo a tecnologia intrinsecamente enraizada nos contextos sociais (REID; MACLEAN, 1995), o estilo também é conceituado pela perspectiva tecnológica. Neste sentido, o estilo é dito tecnológico:

Estilo tecnológico é a integração formal de comportamentos desempenhados durante a manufatura e o uso da cultura material, a qual, em sua integridade, expressa informação social (CHILDS, 1991, p. 332).

Reedy e Reedy (1994) observaram a relevância do estilo tecnológico por meio da análise de algumas esculturas tibetanas. Segundo os autores, os historiadores da arte que trabalham com arte sul-asiática freqüentemente analisam elementos estilísticos visuais para a determinação de origem, autenticidade e data de manufatura para agrupar objetos de acordo com as similaridades e para reconstruir os padrões de mudança, evolução e transferência de motivos estilísticos. Todavia, Reedy e Reedy (1994) acreditam que o estilo tecnológico é parte integral do estilo de qualquer escultura. Logo, o estudo da natureza do estilo tecnológico fornece explicações mais completas, relativas a escolhas feitas pelos artesãos:

Estilo tecnológico, relativo ao modo como as pessoas desempenham seu trabalho, inclui as escolhas feitas pelos artesãos, desde os materiais e técnicas de produção, até a relação daquelas escolhas à aparência e função dos produtos (REEDY; REEDY, 1994, p. 304).

Portanto, as reflexões sobre estilo tecnológico resultam em abordagens arqueológicas que necessitam desta compreensão para um completo entendimento da tecnologia. Neste contexto, conforme Reid e MacLean (1995), o estudo da tecnologia em Arqueologia mostra-se um tema popular e profícuo. Contudo, a excessiva concentração nos aspectos mais facilmente definíveis encoraja os arqueólogos a isolarem a tecnologia da sociedade na qual ela ocorre.

O ensaio *Style, technology and iron smelting furnaces in Bantu-speaking África* (CHILDS, 1991) promove uma discussão sobre o estilo tecnológico da metalurgia. Childs (1991) faz um paralelo às reflexões de Wiessner (1983) e Sackett (1977) sobre estilo, e conclui:

O estilo tecnológico único consiste de comportamentos ativos e passivos e envolve escolhas conscientes e inconscientes. [...] O estudo do estilo tecnológico provê uma visão mais rica e inclusiva da variação cultural. [...] Todos os comportamentos unificados como um estilo tecnológico são significativos para se estabelecer o que as relações produzem e comunicam (CHILDS, 1991, p. 336).

No artigo de Childs (1991), o estilo tecnológico é utilizado como modo alternativo para explicar a variação entre as fornalhas de fundição africanas, por meio da investigação das aplicações funcionais e comunicativas do estilo na sociedade, e das diferentes qualidades de comportamento envolvidas.

A autora também discute as distinções entre estilo tecnológico, isotretismo e estilo passivo:

Enquanto o isotretismo e o estilo passivo abordam todo o processo de produção e consideram as partes igualmente, o estilo tecnológico suporta a visão funcional do estilo nas relações sociais. O estilo tecnológico tem por objetivo explicar como e por que todas as ações separadas estão integradas dentro de uma performance coerente e padronizada, e determinar que informação é comunicada. A teoria do isotretismo, primeiramente, descreve as relações entre etnicidade e os resultados materiais das escolhas de produção ditadas pela tradição (CHILDS, 1991, p. 336).

Em *Tich Matek: the technology of Luo pottery production and the definition of ceramic style*, Dietler e Herbich (1989) consideram os aspectos da tecnologia da produção de potes de cerâmica entre o povo Luo, do Quênia, através da perspectiva da “cadeia operatória” de Lemonnier (1986).

A reconstrução das cadeias operatórias permite a compreensão das escolhas técnicas efetuadas pelos grupos pré-históricos, estabelecen-

do, muitas vezes dedutivamente, os processos da manufatura de certo artefato: da procura, obtenção e transporte da matéria-prima até o descarte e posterior formação do registro arqueológico (LEMONNIER, 1986; DIETLER; HERBICH, 1989):

Talvez, como Lemonnier (1986) argumentou, a compreensão da natureza e do significado do estilo em uma sociedade pode, eventualmente, ser derivada de uma elucidação dos princípios fundamentais de classificação, guiando escolhas operacionais de várias tecnologias de produção (de sistemas técnicos). Entretanto, como ele claramente demonstrou, tal procedimento é extremamente complexo, e é improvável que resulte em qualquer fórmula geral concreta que possa ser utilizada por arqueólogos (DIETLER; HERBICH, 1989, p. 160).

De acordo com os autores, as discussões sobre o estilo ainda não alcançaram uma compreensão da sua natureza e do seu significado. A grande ênfase dada à decoração cerâmica, em detrimento de outros aspectos da tecnologia de produção é, segundo os autores, injustificável. Neste sentido, Dietler e Herbich (1989) refletem sobre os resultados dos seus estudos:

As mudanças no estilo resultam de aceitação e incorporação de decisões inovadoras dentro dos padrões de escolha na sequência operacional aceita por uma rede de trabalho de artesãos (DIETLER; HERBICH, 1989, p. 161).

Considerações finais

Os significados da variabilidade artefactual podem ser atribuídos a inúmeros fatores, e investigados no âmbito de diferentes categorias analíticas.

A compreensão da variabilidade artefactual, por meio do estilo e da função, dependerá da abordagem teórico-metodológica atribuída a estas categorias analíticas. Neste sentido, são intensamente discutidos os con-

ceitos e as aplicações de atributos estilísticos e funcionais adequados à tipologia e à classificação.

Os conceitos de estilo e de suas categorias (e.g. isocréstico e iconológico, emblemático e assertivo, estocástico, etc.) estão inseridos dentro de inúmeras perspectivas (e.g. SACKETT, 1977; BINFORD, 1989; FRANKLIN, 1989; WIESSNER, 1991). Neste contexto, os significados da variabilidade apresentam abordagens diversificadas e, por vezes, divergentes.

A Arqueologia evolutiva explica a variabilidade artefactual como um produto da evolução (que, na própria semântica, implica em transformação). Os atributos funcionais estão sujeitos à seleção, pois conferem *fitness*, e os estilísticos são atribuídos à deriva (eventos estocásticos, de cunho aleatório). Esta perspectiva sustenta a idéia de que os atributos estilísticos são caracterizados por uma maior variação ao longo do tempo (e.g. O'BRIEN; LEONARD, 2001; VAUGHAN, 2001)

Entretanto, segundo Fagundes (2005), sob a perspectiva tecnológica do estilo, a variabilidade é decorrente de escolhas tecnológicas/culturais diferentes, apropriadas às necessidades sociais em um contexto cronológico e espacial. Schmidt (2003) argumenta que o estilo, dentro da concepção tecnológica, é algo inerente e subjacente aos processos de produção, a partir dos quais a forma dos artefatos é uma resultante.

Finalmente, Schiffer e Skibo (1997) buscam os significados da variabilidade artefactual em suas natureza e causa desprovidos de categorias teóricas e analíticas. Para os autores, a imensa variabilidade artefactual não resulta de “fatores culturais incrustáveis”, muito menos de estilo e função, mas de pessoas que tentam resolver os problemas da existência cotidiana por meio de interações – específicas e performances – em diferentes comportamentos e ambientes sociais e naturais.

Independente da abordagem adotada no estudo dos significados da variabilidade artefactual, objetivos, metodologia e teoria devem ter bases consistentes e conspícuas para que se possa promover um melhor diálogo entre as diferentes perspectivas.

Anexo 1: O estudo da fauna arqueológica sob a perspectiva artefactual

Embora a Zooarqueologia seja uma ciência recente, é caracterizada por sua interdisciplinaridade. Neste contexto, figuram suas parcerias teórico-metodológicas com a Etnoarqueologia (e.g. LYMAN, 1984, 1987, 1996; DAVES, 1987; GREENFIELD, 1999; DUDD; EVERSHED, 1999; REITZ; WING, 1999, 2001; LUPO; O'CONNELL, 2002; AMBROSE et al., 2003; ADAMS, 2004; CAIN, 2005; DAVIS, 2005; LE HURAY; SCHUTKOWSKI, 2005; JING; FLAD, 2005).

A interface Zooarqueologia/Etnoarqueologia pode ser observada por meio dos estudos das atividades/relações das sociedades pretéritas com/no ambiente (e.g. utilização e consumo de diversos componentes da fauna).

Alterações físicas, marcas ou deformidades ósseas podem indicar a evolução dos diferentes usos que os seres humanos faziam da arqueofauna: caça, domesticação e força-motriz. Alguns ainda utilizavam ossos e dentes na confecção de ferramentas ou adornos. Neste sentido, os animais são marcos sociais (REITZ; WING, 1999, 2001) e, portanto, os componentes da arqueofauna devem ser estudados como artefatos (O'CONNOR, 1996).

Os animais *in vivo*, a caça, a nutrição, os menus, as dietas e o preparo da alimentação, estão relacionados a *status*, etnicidade (e.g. LYMAN, 1987) e sistemas de crenças (e.g. DUDD; EVERSHED, 1999; REITZ; WING, 2001; AMBROSE et al., 2003; ADAMS, 2004; LE HURAY; SCHUTKOWSKI, 2005).

Alguns pesquisadores defendem que a fauna e seus produtos diretos promovem a distinção de hierarquias sociais e podem significar afiliações étnicas em sociedades complexas. Frequentemente, a alimentação distingue gêneros, clans, linhagens, grupos étnicos e outros grupos sociais entre si (e.g. GROENMAN-VAN WAATERINGE, 1994; IJZEREFF, 1988 apud REITZ; WING, 2001). Dentro desta perspectiva, enquanto artefatos, os vestígios faunísticos provenientes de dietas pretéritas *comunicam algo*.

Os animais também possuem significados simbólicos, além do potencial para alimentação, matéria-prima, força-motriz e troca. A fauna pode simbolizar relações políticas, econômicas e sociais. Alguns autores acredi-

tam que o uso ou o repúdio de componentes específicos da fauna refletem leis alimentares que definem *fronteiras sociais* (e.g. LERNAU et al., 1996 apud REITZ; WING, 2001).

As diferenças entre os usos, profano e ritual, da fauna, podem ser atribuídas à identidade do animal, idade ou sexo, estação ou morte, integridade do esqueleto, padrões de descarte e presença de espécimens queimados (DAVES, 1987; REITZ; WINGS, 2001). Portanto, os animais eram submetidos a *escolhas*, baseadas em seus *atributos* ou em suas *características de performance*. As características de performance podem ser atribuídas a animais, enquanto artefatos, ou a elementos, inerentes à fisiologia e ao comportamento humanos, capazes de interferir nas escolhas:

Cada elemento de uma determinada atividade – seja pessoa, artefato ou animal – apresenta um conjunto de capacidades e interações-específicas denominadas características de performance [...]. Características de performance sensoriais são baseadas em sentidos humanos, tais como tato, olfato, visão, paladar e audição (SCHIFFER; SKIBO, 1997, p. 30).

A manipulação da fauna pelos seres humanos resulta em características *estilísticas* (e.g. padrões de descarte) e *funcionais* (e.g. uso da matéria-prima na confecção de artefatos ósseos, que, por sua vez, também são providos de estilo) nos vestígios. Neste contexto, os vestígios arqueofaunísticos apresentam atributos estilísticos e funcionais pela perspectiva artefactual.

Assim como os artefatos, os componentes faunísticos da alimentação estão sujeitos a *mudanças*, especialmente relacionadas à aquisição de animais exóticos, frequentemente associados a migrações, colonização e aculturação (REITZ; WINGS, 2001).

A alimentação não é, portanto, somente uma necessidade física. Imbuído de aspectos simbólicos, o ato de alimentar-se reflete e transforma o cotidiano. A delimitação de acesso aos alimentos, por exemplo, tem relação direta com tabus alimentares, diferenciação de grupos sociais e étnicos. No caso da fauna, o aspecto simbólico também deve ser considerado, uma vez que a idéia do que seja um animal e como ele é *classificado* varia de cultura a cultura, como vêm demonstrando estudos da Etnozoologia (ALMEIDA, 2001).

A breve aplicação dos termos discutidos em variabilidade artefactual sobre os estudos arqueofaunísticos, aqui apresentada, não tem por pretensão resolver os problemas teórico-metodológicos em Zooarqueologia. Contudo, os questionamentos etnoarqueológicos devem ser inseridos no âmbito das construções teóricas em Zooarqueologia, como ciência interdisciplinar. Os estudiosos da arqueofauna precisam promover um diálogo mais sólido entre as Ciências Biológicas e a Arqueologia, enquanto Ciência Social, para melhor compreensão de seus dados.

Referências

ARNOLD, D. E. Patterns of learning, residence and descent among potters in Ticul, Yucatan, Mexico. In: SHENNAN, S. J. *Archaeological approaches to cultural identity*. London: Routledge, 1989. p. 174-184.

BINFORD, L. Archaeology as anthropology. *American Antiquity*, v. 28, n. 2, p. 217-225, 1962.

_____. Organization and formation processes: looking at curated technologies. *Journal of Anthropological Research*, v. 35, n. 3, p. 255-272, 1979.

_____. Willow smoke and dogs' tails: hunter-gatherer settlement systems and archaeological site formation. *American Antiquity*, v. 45, n. 1, p. 4-20, 1980.

_____. An Alyawara day: making men's knives and beyond. *American Antiquity*, v. 51, n. 3, p. 547-562, 1986.

_____. Styles of style. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 8, p. 51-67, 1989.

BRAUN, D. P. Why decorate a pot? Midwestern household pottery, 200 B.C.-A.D. 600. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 10, p. 360-397, 1991.

BRAUN, D. P.; PLOG, S. Evolution of "Tribal" social networks: theory and prehistoric North American evidence. *American Antiquity*, v. 47, n. 3, p. 504-525, 1982.

CARR, C. Building a unified middle-range theory of artifact design – historical perspectives and tactics. In: CARR, C.; NEITZEL, J.E. (Eds.). *Style, society and person: archaeological and ethnological perspectives*. New York: London Plenum Press, 1995. p. 151-170.

CARR, C.; NEITZEL, J.E. (Eds.). *Style, society and person: archaeological and ethnological perspectives*. New York: Plenum Publishing Corporation, 1995.

CHILDS. Style, technology and iron smelting furnaces in Bantu-speaking Africa. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 10, p. 332-59, 1991.

CONKEY, M. W.; HASTORF, C. Introduction. In: _____ (Ed.). *The uses of style in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p. 1-4.

DAVID, N.; KRAMER, C. *Ethnoarchaeology in action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

DIAS, A. S. *Repensando a tradição Umbu através de um estudo de caso*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1994.

_____. *Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. Tese (Doutorado) – FFLCH/MAE/USP. São Paulo, 2003.

DIETLER, M.; HERBICH, I. Tich matek: the technology of Luo pottery production and the definition of ceramic style. *World Archaeology*, v. 21, n. 1, p. 148-154, 1989.

DUNNELL, R. C. Style and function: a fundamental dichotomy. *American Antiquity*, v. 43, n. 2, p. 192-202, 1978.

_____. Methodological issues in Americanist artifact classification. *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 9, p. 149-207, 1986.

FAGUNDES, M. O conceito de estilo e sua aplicação em pesquisas arqueológicas. *Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, v. 4, p. 117-146, 2004.

_____. Recorrências e mudanças no sistema tecnológico do sítio Rezende, Médio Vale do Parnaíba, Minas Gerais – Estudo de variabilidade estilística nos horizontes líticos dos caçadores-coletores e agricultores ceramistas. *Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, v. 5, p. 164-205, 2005.

FRANKLIN, N. R. Research with style: a case study from Australian rock art. In: SHENNAN, S. J. *Archaeological approaches to cultural identity*. London: Routledge, 1989. p. 278-290.

FRIEDRICH, M. H. Design structure and social interaction: Archaeological implications of an ethnographic analysis. *American Antiquity*, v. 35, p. 332-343, 1970.

FUNARI, P. P. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.

FUTUYMA, D. *Evolutionary Biology*. Sunderland: Sinauer Associates, 3th ed., 2002.

HARDIN, M. A.; MILLS, B. J. The social and historical context of short-term stylistic replacement: a Zuni case study. *Journal of Archaeological and Theory*, v. 7, n. 3, p. 139-163, 2000.

HEGMON, M. Technology, style and social practices: archaeological approaches. In: STARK, M. (Ed.). *The archaeology of social boundaries*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998.

HODDER, I. Style as historical quality. In: CONKEY, M. W. (Ed.). *The uses of style in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p 44-51.

JONES, S. *The Archaeology of Ethnicity*. London: Routledge, 1997. p. 106-127.

JORDAN, P.; SHENNAN, S. Cultural transmission, language and basketry traditions among the californian indians. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 22, p. 42-74, 2003.

LECHTMAN, H. Style in technology: some early thoughts. In: LECHTMAN, H.; MERRILL, R. S. (Ed.). *Material culture: styles, organizations and dynamics of technology*. American Ethnological Society. *Proceedings*. St. Paul: West Publishing, 1975.

LEMONNIER, P. The study of material culture today: toward an anthropology of technical systems. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 5, p. 147-186, 1986.

MACEACHERN, S. Scale, style and cultural variation: technological traditions in northern Mandara Mountains. In STARK, M. (Ed.). *The archaeology of social boundaries*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1998.

MARQUARDT, W. Advances in Archaeological Seriation. In: SCHIFFER, M. (Ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory 1*. New York: Academic Press, 1978. p. 257-314.

O'BRIEN, M. J.; LEONARD, R. D. Style and function: an introduction. In: HURT, T. D.; RAKITA, G. F. M. (Eds.). *Style and function: conceptual issues in evolutionary Archaeology*. Westport: Bergin & Garvey, 2001.

PENNY, D. *Imagery of the Middle Woodland Period: the birth of a North American Iconographic Tradition*. Paper presented, Douglas Fraser Memorial Symposium in Primitive Art. April, New York. 1982.

PLOG, S. Social interaction and stylistic similarity: a reanalysis. In: SCHIFFER, M. R. (Ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*, v. 5. New York: Academic Press, 1977. p. 143-152.

_____. Issues in the analysis of stylistic variation: reply to Washburn and Ahlstrom. *Kiva*, v. 48, n. 1-2, p. 123-131, 1982.

PRYOR, J.; CARR, C. Basketry of Northern California Indians: interpreting style hierarchies. In: CARR, C.; NEITZEL, J. E. (Eds.). *Style, society and person: archaeological and ethnological perspectives*. New York: London Plenum Press, 1995. p. 262-296.

REEDY, C. L.; REEDY, T. J. Relating visual and technological styles in Tibetan sculpture analysis. *World Archaeology*, v. 25, n. 3, p. 304-320, 1994.

REID, A.; MACLEAN, R. Symbolism and the social contexts of iron production in Karagwe. *World Archaeology*, v. 27, n. 1, p. 144-161, 1995.

ROE, P. G. Marginal men: male artists among the Shipibo Indians of Peru. *Anthropologica*, v. 21, n. 2, p. 189-221, 1977.

_____. Art and residence among Shipibo Indians of Peru: a study in Microacculturation. *American Anthropologist*, v. 82, n. 1, p. 42-71, 1978.

_____. Style, society, myth and structure. In: CARR, C.; NEITZEL, J. E. (Eds.). *Style, society and person: archaeological and ethnological perspectives*. New York: London Plenum Press, 1995. p. 27-75.

SACKETT, J. R. Meaning of style in archaeology: a general model. *American Antiquity*, v. 42, n. 3, p. 369-380, 1975.

_____. The meaning of style in archaeology: a general model. *American Antiquity*, v. 42, n. 3, p. 369-380, 1977.

_____. Approaches to style in lithic archaeology. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 1, p. 59-112, 1982.

_____. Style and ethnicity in the Kalahari: a reply to Wiessner. *American Antiquity*, v. 50, n. 1, p. 154-159, 1985.

_____. Style, function, and assemblage variability: a reply to Binford. *American Antiquity*, v. 51, n. 3, p. 628-634, 1986.

_____. Style and ethnicity in archaeology: the case of isochretism. In: CONKEY, M.; HASTORF, C. (Eds.). *The uses of style in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 32-43.

SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. The explanation of artifact variability. *American Antiquity*, v. 62, n. 1, 1997.

SILVA, F. A. As tecnologias e seus significados. *Canindé – Revista do Museu de Arqueologia de Xingó*, v. 2, p. 119-138, 2002.

VAUGHAN, C.D. A million years of style and function: regional and temporal variation in Acheulean handaxes. In: HURT, T. D.; RAKITA, G. F. M. (Eds.). *Style*

and function: conceptual issues in evolutionary archaeology. Westport: Bergin & Garvey, 2001.

VOSS, J. A. A study of Western TRB Social Organization. *Berichten van de Rijksdienst voor het Oudheidkundige Bodemonderzoek*, v. 32, p. 9-102, 1977.

WASHBURN, D. K. The property of symmetry and the concept of ethnic style. In: SHENNAN, S. J. *Archaeological approaches to cultural identity*. London: Routledge, 1989. p. 157-173.

WHITTAKER, J. C.; CAULKINS, D.; KAMP, K. A. Evaluating consistency in typology and classification. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 5, n. 2, p. 129-164, 1998.

WIESSNER, P. Reconsidering the behavioral basis for style: a case study among Kalahari San. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 3, p. 190-234, 1977.

_____. Style or isochrestic variation? A reply to Sackett. *American Antiquity*, v. 50, n. 1, p. 160-165, 1978.

_____. Style and social information in Kalahari San Projectile Points. *American Antiquity*, v. 48, n. 2, p. 253-276, 1983.

_____. Style and changing relations between the individual and society. In: HODDER, I. (Ed.). *The meaning of things*. Boston: Unwin Hyman, 1988. p. 56-63.

_____. Is there a unit to style? In: CONKEY, M.; HASTORF, C. (Eds.). *The uses of style in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991. p. 105-112.

WOBST, M. Stylistic behavior and information exchange. In: CLELAND, C. E. (Ed.). *Papers for the director: research essays in honor of James S. Griffin*. University of Michigan, Museum of Anthropology. Anthropological Papers, 61. Ann Arbor. p. 317-342. 1977.

Referências (Anexo 1)

AMBROSE, S. H.; BUIKSTRA, J.; KRUEGER, H. W. Status and gender differences in diet at Mound 72, Cahokia, revealed by isotopic analysis of bone. *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 22, p. 217-226, 2003.

ADAMS, R. L. An ethnoarchaeological study of feasting in Sulawesi, Indonesia. *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 23, p. 56-78, 2004.

ALMEIDA, M. B. A subsistência com mais de 500 anos: a fauna. *Boletim IAB*. Rio de Janeiro. 2001.

CAIN, C. R. Using burned animal bone to look at Middle Stone Age occupation and behavior. *Journal of Archaeological Science*, n. 32, p. 873-884, 2005.

DAVIS, S. J. M. *The Archaeology of Animals*. London: B.T. Batsford, 1987.

_____. Why domesticate food animals? Some zoo-archaeological evidence from the Levant. *Journal of Archaeological Science*, n. 32, p. 1408-1416, 2005.

DUDD, S. N.; EVERSHED, R. P. Evidence for varying patterns of exploitation of animal products in different prehistoric pottery traditions based on lipids preserved in surface and absorbed residues. *Journal of Archaeological Science*, n. 26, p. 1473-1482, 1999.

GREENFIELD, H. J. The origins of metallurgy: distinguishing stone from metal cut-marks on bones from archaeological sites. *Journal of Archaeological Science*, n. 26, p. 797-808, 1999.

JING, Y.; FLAD, R. New zooarchaeological evidence for changes in Shang Dynasty animal sacrifice. *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 24, p. 252-270, 2005.

LE HURAY, J. D.; SCHUTKOWSKI, H. Diet and social status during the La Tène period in Bohemia: Carbon and nitrogen stable isotope analysis of bone collagen from Kutná Hora- Karlov and Radovesice. *Journal of Anthropological Archaeology*, n. 24, p. 135-147, 2005.

LUPO, K. D.; O'CONNELL. Cut and tooth mark distributions on large animal bones: ethnoarchaeological data from the Hadza and their implications for current ideas about early human carnivory. *Journal of Archaeological Science*, n. 29, p. 85-109, 2002.

LYMAN, R. L. Broken bones, bone expediency tools, and bone pseudotools: lessons from the blast zone around Mount St. Helens, Washington. *American Antiquity*, v. 49, n. 2, p. 315-333, 1984.

_____. Archaeofaunas and butchery studies: a taphonomic perspective. In: SCHIFFER, M. B. (Ed.). *Advances in archaeological method and theory*, v. 10, New York: Academic Press, 1987. p. 249-337.

_____. *Vertebrate taphonomy*. Cambridge Manuals in Archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

O'CONNOR, T. P. A critical overview of archaeological animal bone studies. *World Archaeology*, v. 28, n. 1, p. 5-19, 1996.

REITZ, E. J.; WING, E. S. *Zooarchaeology*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1999.

_____; _____. *Zooarchaeology*. United Kingdom: Cambridge University Press, 2001.
SCHIFFER, M. B.; SKIBO, J. M. The explanation of artifact variability. *American Antiquity*, v.62, n. 1, 1997.